



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO XLIX – Nº 132

SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1994

BRÁSÍLIA – DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 148ª SESSÃO, EM 27 DE OUTUBRO DE 1994

1.1 – ABERTURA 1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Nº 316, de 1994 (nº 908/94, na origem), de 26 do corrente, referente à indicação do Senhor Rubens Ricupero, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

1.2.2 – Ofício do Ministro das Relações Exteriores

Nº 24/94, de 26 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 625, de 1994, de autoria do Senador Odacir Soares.

1.2.3 – Requerimentos

Nº 796, de 1994, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 24, 27 e 28 de outubro de 1994. **Aprovado.**

Nº 797, de 1994, de autoria do Senador Ney Maranhão, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 21 e 24 do mês de outubro de 1994. **Aprovado.**

Nº 798, de 1994, de autoria do Senador Mário Covas, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período de 4 a 25 do corrente. **Aprovado.**

Nº 799, de 1994, de autoria da Senadora Júnia Marise, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 4, 6, 10, 17 e 24 de outubro de 1994. **Aprovado.**

Nº 800, de 1994, de autoria da Senadora Júnia Marise, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 5, 13, 20, 25, 26 e 27 de outubro de 1994. **Aprovado.**

Nº 801, de 1994, de autoria do Senador Ronan Tito, solicitando que sejam considerados, como licença autorizada, os dias 4, 6, 7, 10, 13, 14, 17, 18 e 21 do corrente. **Aprovado.**

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 442, de 1994, de 26 do corrente, da Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 649/94, bem como os respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.

1.2.5 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 755/94, do Senador Gilberto Miranda, lido em sessão anterior. **Aprovado.**

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Reativação e melhoria dos serviços públicos de informação.

SENADOR JOAQUIM BEATO – Observações relativas ao quadro político brasileiro, às fraudes eleitorais e à devida conduta parlamentar.

SENADOR RONALDO ARAGÃO – Considerações acerca das medidas de ajuste do Plano Real implementadas pela equipe econômica do Governo.

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/74, de 1994 (nº 3.388/94, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação para que a Prefeitura Municipal de São Paulo possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTM/SP, cujos recursos serão destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele Município.

1.2.8 – Requerimento

Nº 802, de 1994, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, solicitando que seja considerado, como licença, o período de 20 dias a partir de 17 de outubro do corrente ano. **Aprovado.**

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Situação caótica da malha rodoviária federal acarretando graves prejuízos aos usuários.

SENADOR CÉSAR DIAS – Congratulações ao Governador do Amazonas, Sr. Gilberto Mestrinho, pelo lançamento de seu livro intitulado Terra Verde: Sonho da Humanidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apontando falhas na instrução do Ofício S/72/94, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

SENADOR ODACIR SOARES – Realização do III Fórum Internacional da Pequena Empresa, Geração de Emprego e Renda, no Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, nos próximos dias 7 e 8 de novembro.

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do artigo 174, do Regimento Interno.

1.2.11 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – ATO DO DIRETOR-GERAL**

– Nº 130, de 1994

3 – MESA DIRETORA**4 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 148ª Sessão, em 27 de outubro de 1994****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues, Gilberto Miranda e Jacques Silva***ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES:**

Afonso Camargo – Amir Lando – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Saboia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dário Pereira – Dirceu Carneiro – Eduardo Suplicy – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gilberto Miranda – Humberto Lucena – Jacques Silva – João Calmon – João França – João Rocha – Joaquim Beato – José Eduardo – José Paulo Bisol – José Richa – Júlio Campos – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Louremberg Nunes Rocha – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de nossa prévia aquiescência.

MENSAGEM Nº 316, DE 1994

(nº 908/94, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Rubens Ricupero, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana.

Os méritos do Embaixador Rubens Ricupero, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de outubro de 1994. – **Itamar Franco.**

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador Rubens Ricupero

São Paulo/SP, 1º de março de 1937. Filho de João Ricupero e Assumpta J. Ricupero.

CPCD, IRBr. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/USP. Estágio na AIEA, Viena. Professor de "Teoria das Relações Internacionais" da UnB, 1979/83.

Professor de "Integração Regional", da UnB, 1980/82. Professor de "História das Relações Diplomáticas do Brasil", do IRBr, 1980/87.

Professor de "História Diplomática do Brasil", da UnB, 1980/83.

Professor de "Problemas Diplomáticos Contemporâneos", da UnB, 1982/83.

Professor Emérito da Academia Diplomática do Peru.

Cônsul de Terceira Classe, 21 de fevereiro de 1961.

Segundo Secretário, antiguidade, 15 de outubro de 1964.

- Primeiro Secretário, merecimento, 30 de setembro de 1970.
Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 5 de abril de 1978.
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 16 de junho de 1982.
Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63.
Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63.
Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74.
Chefe da Divisão da América Meridional – II, 1977/80.
Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980/81.
Chefe do Departamento das Américas, 1981/85.
Viena, Terceiro Secretário, 1963/64.
Viena, Encarregado do Serviço Consular, 1964.
Viena, Segundo Secretário, 1964/66.
Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69.
Buenos Aires, Chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69.
Quito, Segundo Secretário, 1969/70.
Quito, Encarregado de Negócios, a.i., 1969/70.
Quito, Primeiro Secretário, 1970/71.
Quito, Encarregado de Negócios, a.i., 1970/71.
Washington, Conselheiro, 1974/77.
Genebra, Embaixador, 1987/91.
Washington, Embaixador, 1991/92.
Ministro de Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, 1993/94.
Ministro de Estado da Fazenda, 1994.
Comitiva do Ministro de Estado em visita oficial à Argentina, 1961 (membro).
XV Congresso da União Postal Universal, Viena, 1964 (membro).
Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, Buenos Aires, 1968/69 (membro).
XI Reunião da Comissão Permanente do Pacífico Sul, Quito, 1970 (observador).
II Reunião Plenária da Comissão Mista Brasil-Ecuador, Quito, 1970 (delegado).
Bienal de Paris, 1971 (comissário).
À disposição do Ministro das Relações Exteriores do Equador em visita ao Brasil, 1971.
Conferência Interamericana Especializada sobre a aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, Brasília, 1972 (organizador).
Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-Guiana, Brasília, 1972 (membro).
À disposição do Ministro das Relações Exteriores de Costa Rica, em visita ao Brasil, 1972.
Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-Bélgica, 1972 (membro).
Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, 1972 (membro).
Bienal de Veneza, 1972 (comissário).
Missão Preparatória da visita do Ministro de Estado à África, 1972 (membro).
Missão incumbida de negociar Acordos Culturais e de Cooperação Técnica com países africanos, 1972 (membro).
Comitiva do Ministro de Estado em visita oficial a nove países da África Ocidental, 1972 (membro).
III Reunião do Conselho Coordenador do Programa "O Homem e a Biosfera", Unesco, Washington, 1974 (delegado).
I e II Reuniões Preparatórias do Tratado de Cooperação Amazônica, Brasília, 1977 (delegado).
Delegação negociadora por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Bolívia, 1977 (membro).
Reunião dos Ministros das Relações Exteriores para assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, Brasília, 1978 (delegado).
Delegação negociadora por ocasião da visita do Presidente da Venezuela, 1977 (delegado).
III Reunião Preparatória do Tratado de Cooperação Amazônica, Caracas, 1978 (delegado).
I Reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana, Georgetown, 1979 (chefe).
I Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, Paramaribo, 1979 (chefe).
I Reunião da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela, Caracas, 1979 (chefe).
Missão Especial à posse do Presidente do Equador, 1979 (membro).
Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, Paris, 1979 (membro).
Comitiva do Ministro das Relações Exteriores em visita à Venezuela, 1979 (membro).
Comitiva do Presidente da República em visita oficial à Venezuela, 1979 (membro).
Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Argentina Demarcadora de Limites, Brasília, 1979 (membro).
Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Paraguai Demarcadora de Limites, Brasília, 1979 (membro).
Delegação negociadora por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Peru, Brasília, 1979 (membro).
Comissão Interministerial incumbida de definir uma política florestal para a Amazônia, 1979 (representante).
Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Peruana Demarcadora de Limites, Brasília, 1980 (membro).
Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuela Demarcadora de Limites, Brasília, 1980 (membro).
I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, Belém, 1980 (delegado).
VI Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa Demarcadora de Limites, Brasília, 1981 (delegado).
II Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasileiro-Mexicana, México, 1981 (chefe).
Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica nº 2 sobre Recursos Hídricos e outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1981 (chefe).
XII Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 1981 (delegado).
II Reunião de Cooperação Brasileiro-Venezuelana, Brasília, 1981 (chefe).
VI Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira (CEC), Brasília, 1981 (chefe).
Conselho de Administração da Itaipu Binacional, 1982/83 (membro).
Reunião para Análise do Intercâmbio Comercial Brasil e Peru, Brasília, 1982 (chefe).
II Reunião da Comissão Mista Brasil-Trinidad-e-Tobago, Port-of-Spain, 1982 (subchefe).
Missão especial à posse do Presidente da Colômbia, Bogotá, 1982 (membro).
Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica nº 2 sobre Recursos Hídricos e outros Recursos Naturais dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1982 (chefe).

Missão especial à posse do Presidente da República Dominicana, São Domingos, 1982 (membro).

XIII Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1982 (delegado do Brasil e Secretário-Geral da Conferência).

III Reunião da Comissão Mista Brasil-Costa Rica, São José, 1983 (chefe).

I Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Lima, 1983 (chefe).

III Reunião da Subcomissão Econômica e Comercial Brasileiro-Mexicana, México, 1983 (chefe).

XIV Reunião Ordinária de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, Assunção, 1983 (delegado).

I Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Brasília, 1983 (chefe).

II Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, Santiago de Cali, Colômbia, 1983 (delegado).

VII Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, Santiago, 1983 (chefe).

Reunião da SELA preparatória à VI UNCTAD, Cartagena, Colômbia, 1983 (delegado).

Fundação Bienal de São Paulo, 1983 (Conselheiro).

Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), 1980/83 (membro).

Missão à posse do Presidente do Uruguai, 1985.

Membro da Comitiva do Presidente eleito Tancredo Neves em viagem ao exterior, 1985.

Membro das Comitivas do Presidente da República em visita a Montevideu, 1985, à sede das Nações Unidas em Nova Iorque, 1985, a Buenos Aires, 1985, a Lisboa, 1986, ao Vaticano, 1986, a Washington, 1986, a Cabo Verde, 1986, a Montevideu, 1987, a Buenos Aires, 1987, ao México, 1987.

Subchefe Especial da Casa Civil da Presidência da República, 1986/87.

Assessor Especial do Presidente da República, 1986/87.

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Santos Dumont, Brasil.

Ordem do Mérito, Oficial, Argentina.

Ordem do Mérito, Oficial, Áustria.

Ordem do Mérito, Oficial, Costa do Marfim.

Ordem do Mérito, Oficial, Togo.

Ordem do Mérito, Oficial, Gabão.

Ordem do Mérito, Oficial, República dos Camarões.

Ordem do Mérito, Comendador, Equador.

Ordem Francisco Miranda, Comendador, Venezuela.

Ordem do Sol, Comendador, Peru.

Prêmio "Lafayette de Carvalho e Silva".

Prêmio Rio Branco e Medalha Vermeli, IRBr.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 26 de outubro de 1994. – **Gilda Maria Ramos Guimarães**, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº 24/94, de 26 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 625, de 1994, de autoria do Senador Odacir Soares.

As informações foram encaminhadas, em cópias, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 796, DE 1994

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, nos dias 24, 27 e 28 de outubro de 1994, a fim de participar do segundo turno da campanha eleitoral ao Governo do Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 1994. – Senador **Francisco Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 797, DE 1994

Nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, requeiro seja considerada como licença autorizada minha ausência dos trabalhos da Casa nos dias 4, 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 17, 20, 21 e 24 do mês de outubro, quando estive em Pernambuco, tratando de assuntos relativos à Justiça Eleitoral.

Brasília, 26 de outubro de 1994. – Senador **Ney Maranhão**, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 798, DE 1994

Nos termos do § 1º do art. 13, do Regimento Interno solicito seja considerada Licença Autorizada as ausências aos trabalhos do Senado Federal no período compreendido entre os dias 4 a 25 do corrente, em virtude de compromissos políticos no meu Estado.

Brasília, 26 de outubro de 1994. – **Mário Covas**.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 799, DE 1994

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, seja considerada Licença Autorizada, os dias 4, 6, 10, 17 e 24 de outubro de 1994, em razão de compromissos partidários em meu Estado – Minas Gerais.

Brasília, 26 de outubro de 1994. – Senadora **Júnia Marise**.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento, fica concedido a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 800, DE 1994

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art.13 § 1º, do Regimento Interno, seja considerada licença autorizada, os dias 5,13,20,25,26 e 27 de outubro de 1994, em razão de compromissos partidários em meu Estado – Minas Gerais.

Brasília, 27 de outubro de 1994 – Senadora **Júnia Marise**.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento, fica concedido a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr.1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 801, DE 1994

Nos termos do art. 13 § 1º do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência sejam consideradas licenças autorizadas as ausências em plenário nos dias 4,6,7,10,13,14,17,18 e 21 do corrente, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 649/94, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Plenária de 19 de outubro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

A Presidência recebeu o Aviso nº 442, de 1994, de 26 do corrente, da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 649/94, adotada pelo referido Tribunal, na Sessão Plenária de 19 de outubro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam.

O expediente será encaminhado, em original, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em cópia, às de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 755, de 1994, do Senador Gilberto Miranda, solicitando, nos termos do art. 154, parágrafo único, do Regimento Interno, que não seja realizada sessão do Senado no dia 28 do corrente mês, nem haja expediente em sua Secretaria.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para manifestar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em votação o requerimento.

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a devida vênha do nobre Senador Jutahy Magalhães, entendo que o

requerimento tem toda procedência e deve ser aprovado. Mesmo porque os servidores públicos dos outros poderes vão ter o dia de folga e amanhã é o dia do funcionalismo público, o dia dedicado ao funcionário público.

De modo que o meu voto é favorável e espero que todos aprovelem esse requerimento que considero da maior justiça.

E isso, Sr. Presidente, é apenas uma manifestação singela. Os servidores públicos neste País precisam de um regime que lhes faça justiça, a todos, dentro de um sistema de equidade.

De modo que o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Jutahy Magalhães.

A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.

O Sr. Gilberto Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizia o saudoso e genial Monteiro Lobato que um país se faz com homens e livros. Pena que essa frase tenha caído nos ouvidos moucos de nossas autoridades federais.

O último número do informativo do Conselho Regional de Biblioteconomia de Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – o CRB-1 – denuncia o criminoso e irresponsável desmonte das bibliotecas do Poder Executivo.

Nelson Rodrigues já nos havia ensinado que "o subdesenvolvimento não se improvisa; é obra de séculos..." Mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo de sucateamento dessas bibliotecas ministeriais viu-se vertiginosamente agravado de 1990 para cá, com a evasão de 40% de seus profissionais, sendo que muitos ainda se encontram nos respectivos órgãos, mas em outros setores.

Como este é um daqueles casos em que os números são mais eloquentes que as palavras, solicito anexar à transcrição de meu discurso o quadro consolidado do levantamento do CRB-1. Ele mostra a verdadeira face de um governo que, à custa do suor do contribuinte, mente todo os dias, via "Embratel", alardeando pelo rádio e pela TV sua opção prioritária pela educação e cultura, "um direito de todos"! É a maior das maiores das mentiras do atual Governo Federal.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no exato momento em que a incúria das autoridades preside o desmonte do patrimônio intelectual representado por essa rede de bibliotecas federais, nações do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, estimulam parcerias entre os setores públicos e privados no sentido de interligar lares, escolas, empresas, universidades e outras entidades numa "infovia" de multimídia (telefone, fax, televisão e microcomputadores) baseada em fibras óticas, fazendo do acesso à informação e da disseminação do conhecimento a infra-estrutura econômica do terceiro milênio.

É preciso que todos os homens públicos, intelectuais e cidadãos sérios e honrados cerrem fileiras em apoio ao CRB-1 e ao Conselho Federal de Biblioteconomia no esforço de sensibilização

da opinião pública para que esta, então, pressione o Governo Federal a assumir sua responsabilidade no que respeita à reativação e à melhoria dos serviços públicos de informação.

INFORME-SE

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GILBERTO MIRANDA EM SEU DISCURSO:

DEMONSTRATIVO DAS BIBLIOTECAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

ÓRGÃO	ICERVO (aproximado)	INFORMATIZAÇÃO	VERBA PARA AQUISIÇÃO	PESSOAL	OBSERVAÇÃO
MIN. DO BEM-ESTAR SOCIAL	0 000	Rede de Produção	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 2 auxiliares	
MIN. DA CULTURA					Bibliotecas setoriais
MIN. DA FAZENDA	10 000	Inexistente	Inexistente	1 bibliotecários	Biblioteca especializada - Agências especializadas no órgão
MIN. DA EDUCAÇÃO	30 000	Tentando implementar	Verifique Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 2 auxiliares	
MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	114 000	Inexistente	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 19 auxiliares	Atende às suas atividades, com recursos próprios e estrangeiros
MIN. DOS TRANSPORTES	Não estimado	Paralisação	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 2 auxiliares	Divide o espaço físico com a Biblioteca dos Comandantes
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	Não estimado			Sem pessoal	Divide o espaço físico com a Biblioteca dos Transportes
MIN. DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E REFORMA AGRÁRIA	100 000	Existente e possui bases de dados repetitivos e interrelacionados	Suporta parcerias	1 bibliotecários 19 auxiliares	Incorporou o acervo do Ministério, do LAC, do IBIC e do BNCC
MIN. DO TRABALHO	17 000	Em implementação	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 19 auxiliares	São sua responsabilidade e acervo da Previdência
MIN. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL					O acervo está no Min. do Trabalho sob sua responsabilidade
MIN. DAS MINAS E ENERGIA	Não estimado	Rede de Produção	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	2 bibliotecários 2 auxiliares	Acervo em implementação
MIN. DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO		Parcerias e Rede de Produção			Acervo incorporado na SEPLAN, o MIO não tem na sua estrutura a contribuição de documentação
MIN. DA INTEGRAÇÃO REGIONAL	Não estimado	Inexistente	Sem disponibilidade	1 bibliotecários 1 auxiliar	MIR não tem estrutura, a Biblioteca funciona voluntariamente
MIN. DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA	Não estimado	Informação própria	Razional	1 bibliotecários	
MIN. DA JUSTIÇA	130 000	Rede de Produção	Razional	1 bibliotecários 1 auxiliar	
MIN. DA SAÚDE	14 000	Informação própria	Razional Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 1 funcionário	
MIN. DA AERONÁUTICA	Não estimado	Inexistente	Sem disponibilidade	2 auxiliares	Prescrituras assinadas
MIN. DA MARINHA	Não estimado	Inexistente	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 1 auxiliar	
MIN. DO EXÉRCITO	Não estimado	Inexistente	Não informado	Sem pessoal	Prescrituras assinadas
SEC. DE PLANEJAMENTO	1 000	Inexistente	Inexistente Recorre a doação ou a permuta	1 bibliotecários 2 auxiliares	
SEC. DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	10 000	Inexistente	Razional	1 bibliotecários 1 auxiliar	O acervo está sob a guarda do EAP e incorporado em processo de otimização para o EAP
PRES. DA REPÚBLICA	10 000	Tem pessoal de autorização	Razional	1 bibliotecários 1 funcionário	

OBS: Constatou-se, em todas as bibliotecas, a evasão de 40% dos profissionais a partir de 1990, sendo que muitos ainda se encontram nos órgãos, mas em outros setores. Fonte: Os dados foram obtidos junto aos responsáveis pelas bibliotecas, em março de 1994, por telefone.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Miranda, o Sr. Jacques Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joaquim Beato.

O SR. JOAQUIM BEATO (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por força da legislação e do calendário eleitorais, o País, em várias unidades da federação, ainda vive o clima das eleições, que a meu ver são as mais importantes nos últimos 50 anos, não somente pela sua abrangência e diversificação de cargos oferecidos, mas principalmente por terem sido as mais livres, pelo menos, no aspecto da propagação de idéias. Mas, pelas lições que elas ofereceram – e ainda estão oferecendo – e pelos erros em sua execução, muita coisa ainda há para ser feita.

O ocorrido no Estado do Rio de Janeiro serve muito bem para confirmar as minhas palavras. A ausência de segurança para o cidadão fluminense não é apenas no seu dia-a-dia, no direito que tem de ir e vir, quando e aonde quiser; tem insegurança também noutro direito que lhe é garantido pela Constituição que é o de escolher livremente seus governantes e seus legisladores. Quem lhe garante que seu voto não foi ou não será adulterado? Felizmente, o problema foi identificado a tempo. Mas fica uma pergunta no ar: será que o ocorrido no primeiro turno das eleições do Rio de Janeiro é uma novidade ou aconteceu também em outras eleições?

No que diz respeito ao pleito do Rio de Janeiro, justifica-se mais uma indagação: as regularidades só se verificaram nas eleições proporcionais? Os fluminenses, entretanto, não detêm a exclusividade dessa conspiração contra a democracia. Denúncias as mais variadas possíveis se espalham pelo País, sem haver perspectiva de serem convocadas novas eleições, a exemplo do Rio de Janeiro. No máximo está prevista uma recontagem de votos.

As mudanças que se tornam urgentes na nossa legislação eleitoral não deverão, todavia, se basear unicamente nas lições que ainda estão sendo tiradas do que aconteceu no Rio de Janeiro. Existem outras maneiras também de se conspurcar uma eleição.

A questão do poder econômico: todos sabem que há um verdadeiro derrame de ajuda, principalmente financeira, a centenas de candidatos de todos os partidos. A diferença é que isso se verifica algumas vezes de forma escancarada e outras vezes sob o manto do sigilo. Mas o objetivo é um só. Tornar seu cliente, no caso o candidato ou o partido, um refém. Daí o investimento que se faz e que se torna altamente rentável, onde o retorno será sempre compensador, apesar de isso resultar em superfaturamento, encarecimento de obras públicas em prejuízo única e exclusivamente do cidadão já sobrecarregado com altas e variadas taxas e impostos.

O combate à presença e importância sempre decisiva do poder econômico nas eleições é uma exigência da democracia. Seu fim, contudo, não está à vista.

Ninguém poderia imaginar que isso voltasse a acontecer em tão pouco tempo, depois da CPI que resultou na cassação de um Presidente da República e de alguns Parlamentares.

O mal do poder econômico nas eleições, entretanto, tem raízes no poder público – e raízes profundas. Muitos governantes se utilizam dos cargos e do dinheiro público para conseguir candidaturas. Muitas delas sem qualquer respaldo popular e só se tornam vitoriosas exatamente pelo endosso oficial com que são contempladas.

Como pôr fim a isso se, já próximos ao fim de mais um milênio, ainda convivemos com tais práticas, moralmente condenáveis e politicamente atrasadas?

Antes de tudo, é necessário uma profunda alteração, não apenas na legislação, mas na própria forma de funcionamento das agremiações partidárias; algumas delas verdadeiros balcões de negócios.

Os partidos pecam, antes de mais nada, pela falta de consistência, pela sua debilidade. Isso começa pela sua fundação, onde meia dúzia de pessoas se reúnem e está formado um novo partido político. Não é preciso citar exemplos, basta lembrar que o mais alto cargo desta Nação foi recentemente conquistado por um representante de um partido formado às pressas e sem nenhuma estrutura.

Outro ponto negativo refere-se à doutrina de cada uma das nossas agremiações partidárias. Se alguém tiver a curiosidade, a paciência de reunir num auditório cerca de 100 filiados de um determinado partido e pedir que sejam citados por eles cinco artigos ou mesmo parágrafos do estatuto da agremiação a que pertencem, temos certeza de que se fará um silêncio sepulcral. Poucos conhecem o estatuto do partido ao qual pertence.

Como, então, esperar algo de um partido político, quando nem mesmo seus integrantes sabem para quê ele veio, qual a sua proposta.

Os defeitos de nossa legislação partidária não param aí. E um dos mais graves talvez seja o que reside na falta de exigência de fidelidade partidária. Ninguém respeita o partido ao qual é filiado não apenas ignorando, mas contestando, em algumas ocasiões, as decisões tomadas pela maioria dos companheiros.

Por isso, a democracia corre riscos dentro dos próprios partidos, mesmo nas chamadas questões fechadas. Muitos Parlamentares se insurgem e votam em desacordo com a decisão partidária. Além disso, o político troca de partido como se fosse um casaco, num desrespeito não ao seus ideais, pois, no caso, não os têm, mas àqueles que, acreditando na sua pregação, foram às urnas e depositaram nela não um simples voto, mas sim sua total e, muitas vezes, sua inocente confiança.

Como então acreditar num quadro partidário como o nosso se são poucos os que respeitam as diretrizes partidárias?

O Professor de Direito Orides Mesaroba, Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina, publicou recentemente um interessante artigo intitulado O Partido Político – Conceção Tradicional e Orgânica. Em um dos trechos, ele fala sobre o partido político tido como ideal na concepção do Sociólogo político Robert Mitchel, segundo o qual "o surgimento do partido político moderno, aquele organizado e estruturado em torno de uma doutrina política, representa a expressão máxima da democracia".

Mas em nosso País são os filiados que inviabilizam os partidos, pelo desrespeito, por exemplo, ao estatuto que os deveria reger. Guardadas as devidas proporções, é como se um religioso ignorasse a Bíblia ou um cidadão desrespeitasse a Constituição do seu país.

Por que os partidos políticos do Brasil chegaram a esse estágio? Há os que apresentam como argumento as facilidades para a sua formação. Existem os que, por outro lado, dão como causa a regionalização e as práticas decorrentes de vícios políticos oriundos do coronelismo. Prefiro outra opinião: a situação político-partidária existente foi forjada pelos interesses corporativos de outros que insistem em sobreviver no âmbito da nossa política. Justifico o meu raciocínio com o mesmo artigo do Professor Mesaroba, para quem

"o partido político é infalivelmente uma oligarquia burocrática, caracterizada pela existência, na sua cúpula, de um círculo interno e fechado de dirigentes

profissionais praticamente inamovíveis, que controlam e conduzem a instituição conforme os seus interesses particulares, possibilitando a existência de uma minoria dirigente e de uma maioria dirigida."

O próprio Mitchel fala na lei de ferro das oligarquias partidárias.

Assumi o mandato de Senador da República apenas recentemente, mas tenho acompanhado, através da imprensa, os fatos noticiários sobre tempestuosas e polêmicas votações verificadas no Congresso Nacional. E, pelo que se tem notícia das reuniões que antecederam as grandes decisões, há que se reconhecer a consistência dos argumentos do Dr. Mesaroba.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a manutenção da democracia depende de partidos não somente fortes, mas também, e principalmente, bem estruturados e éticos; partidos que repassem a seus filiados e simpatizantes preceitos de como devem agir politicamente, e não palavras vãs. Os partidos precisam se reestruturar para que as eleições sejam mais representativas. E só com partidos imunes aos riscos até hoje existentes chegaremos ao quadro partidário ideal.

A recente manifestação do eleitorado brasileiro, inundando de votos nulos e brancos as urnas, significa, fora de dúvida, que o povo brasileiro está insatisfeito com os políticos. Mas a classe política somente se reerguerá, só voltará a ser totalmente respeitada se puder se escudar em partidos políticos verdadeiros, e não em meras representações de interesses duvidosos ou passageiros ou de pequenos grupos políticos que só se preocupam com a hegemonia de poderes, por menores que sejam.

Esse desrespeito à prática democrática, de não obedecer o partido em quase todas as suas decisões, por exemplo, não ocorre somente no sentido de baixo para cima; há mão e contramão. É hora de dar um basta ao cheque em branco.

Persistindo esse sistema atual de representação livre, em que o representante usa a sua eleição como um voto em branco, persistirá a desmotivação para o exercício da política e, conseqüentemente, o desinteresse pelo bom funcionamento da agremiação partidária e da própria democracia.

É importante também que analisemos as propostas existentes para a implantação do voto distrital em nosso País. A justificativa para a sua adoção é muito simples: eleito por uma determinada região, o Deputado não terá como fugir às cobranças das idéias e projetos que defendeu durante a campanha. Mas para que não haja um choque junto ao eleitorado, prefiro defender o distrital misto, pois há de se respeitar também a formação de políticos, muitos deles, já há muito tempo, atuando não apenas de maneira localizada, mas de forma universal, geograficamente falando.

Uma outra questão levantada nos últimos tempos diz respeito ao voto do analfabeto. Não é aceitável essa discriminação, pois se um cidadão não teve como se alfabetizar, não foi por culpa dele, mas sim do próprio Estado, que não adotou uma política educacional e social que o amparasse. Cassar o direito do voto é puni-lo por um crime que não cometeu. Por que em vez de se acabar com o voto do analfabeto não lutamos para acabar, de uma vez, com a mancha do analfabetismo? Os motivos para a adoção do voto distrital são muitos, mas basta citar um: a quantidade recordista de votos nulos e brancos registrada na eleição de 3 de outubro último. Não vi ainda nenhuma pesquisa a respeito que tenha sido feita sobre os futuros congressistas, mas presumo que, pela renovação havida, e pelos milhões de votos nulos e brancos depositados nas urnas, o assunto deverá ser repensado.

Mas prevejo muitas mudanças em nosso País, não só com a chegada dos novos Deputados e Senadores, sem desmerecer os

atuais, mas também com a posse do futuro Presidente, Senador Fernando Henrique Cardoso. Não o conheço pessoalmente. Aliás, para conhecer seus propósitos e sua capacidade, isso é dispensável. Basta olhar para seu passado para concluir que o futuro governo é promissor, principalmente se levarmos em conta a sua formação e proposta socialdemocrata.

Enquanto se vislumbra uma administração exitosa no âmbito federal, em meu Estado ainda não se decidiu quem vai governar nos próximos quatro anos. Lá, como V. Ex.^{as}, Senadores, têm conhecimento, teremos o segundo turno, só que com contornos diferentes, pois o pleito tem o invólucro publicitário.

A questão é o caminho a seguir: um candidato representando a transgressão às normas constitucionais e, em conseqüência, a afronta ao Estado de Direito, demonstrado pelo apoio à pena de morte, agressão a colegas parlamentares, desrespeito à justiça, enfim, um total descompromisso com os direitos humanos. O outro caminho, que é o da candidatura de Vitor Buaziz, representa a esperança de um gerenciamento moderno do Estado, respaldado em um programa de governo voltado para as grandes transformações sociais que a nossa sociedade tanto reclama. Sua passagem pela Câmara Federal, por exemplo, foi sinônimo da ética e da lisura parlamentar. À frente da Prefeitura de Vitória, Vitor Buaziz revolucionou o processo educacional dessa capital, cujo principal objetivo foi o de não permitir uma só criança ausente das salas de aula.

Como médico, Vitor Buaziz teve a sensibilidade de modernizar os postos de saúde, com reais melhorias das condições de trabalho, valorizando a figura do profissional do setor. Na área cultural, sua administração teve um avanço considerável, como eu mesmo posso testemunhar, pois fui Secretário de Cultura da atual administração Paulo Hartung, que sucedeu Vitor Buaziz na Prefeitura de Vitória.

Diante de tantas qualidades, temos a certeza de que o povo capixaba saberá avaliar as propostas das duas candidaturas, elegendo alguém que possa promover uma sociedade mais justa e fraterna. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, na semana passada estivemos na tribuna desta Casa para fazer considerações a respeito do Plano de Estabilização. Nesse momento, dizíamos que, embora não fôssemos especialistas em economia – só entendemos de economia popular, ou seja, a economia do dia-a-dia –, estávamos apreensivos em relação às medidas adotadas, porque entendíamos, e continuamos entendendo, que trariam prejuízo para a grande massa de trabalhadores.

Estamos convencidos de que as providências adotadas contra o consumo vêm ao encontro daquilo que sempre reivindicou o setor financeiro: ganhar mais. A disposição que implica aumento de juros, sem sombra de dúvidas, trouxe até alegria para os banqueiros, e as providências no sentido de conter o consumo trouxeram desesperança para o trabalhador. Por quê? Acreditamos, levando-se em conta – repito – nosso parco entendimento do assunto, que, à medida em que se restringe o consumo, aumenta-se o desemprego. E, segundo notícias dos órgãos de informação do País, em São Paulo já foram demitidos mais de dois mil trabalhadores no setor de consórcio e uma outra quantidade no setor de eletrônicos.

Fica a indagação, que, a meu ver, se concretiza: essas medidas são recessivas? São recessivas, trazem prejuízo para a grande

massa trabalhadora brasileira, porque causam o aumento do número de desempregados e beneficiam o sistema financeiro, os banqueiros.

Sr. Presidente, sabe-se que a intenção é baixar o índice de inflação. Concordamos com essa tese, e por isso aprovamos as propostas do Governo, independentemente da possibilidade de o Plano ter conotação eleitoreira. No entanto, ao se aproximar o fim do Governo, comprovamos que a queda da inflação ocorreu na marra, em detrimento do aumento da oferta de empregos. Ora, se a indústria não tem a quem vender, se não existe um mercado consumidor, se o Governo insiste em desestimular esse mercado sem criar alternativas outras, evidentemente – e não é preciso ser **expert** em Economia – vai haver desemprego, o que provoca a queda do consumo. Qual a solução? Deve-se jogar para o próximo governo essa bananosa? Deve-se aceitar essa taxa de inflação, que já caminha para o patamar dos 4%, apesar de todas essas medidas? Vamos ter, com esses procedimentos, com essas atitudes, não só o desemprego, mas quebraadeira nas pequenas, médias e microempresas.

Entendemos que essas medidas teriam que ser acompanhadas de uma reforma tributária. Acreditamos que o Governo tem todo o interesse em criar mecanismos para que a economia possa sair da estagnação. Parece-nos, no entanto, que essas medidas são drásticas para o setor menos favorecido da economia, ou seja, o trabalhador. Elas beneficiam, conseqüentemente, um setor que foi o mais favorecido durante tanto tempo – o setor financeiro.

O Sr. Jutahy Magalhães – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO – Ouço V. Exª, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães – Nobre Senador, nas últimas eleições, o candidato eleito pelo povo brasileiro para a Presidência da República chama-se Real.

O SR. RONALDO ARAGÃO – V. Exª tem razão.

O Sr. Jutahy Magalhães – É o que se pode deduzir pelo entusiasmo com a estabilização da economia. Todos os meios de comunicação foram unânimes em apontar essa estabilização, em anunciar que a solução tinha sido encontrada, para dar esperança e confiança ao povo em relação a essa moeda forte, mais forte do que o dólar – não importa que tenham se esquecido de avisar isso lá fora, mas, pelo menos aqui, é mais forte do que o dólar. Isso, evidentemente, traz alguns benefícios para a importação de produtos. Quando fizeram o Plano Real II...

O SR. RONALDO ARAGÃO – Eles não querem admitir a existência desse Plano Real II.

O Sr. Jutahy Magalhães – Mas ninguém pode esconder essa realidade. E pode vir o Real III, o IV, o V, se forem sempre para ajeitar a situação e dar continuidade a um plano que pode dar certo. Eu, mais do que nunca, torço para que dê certo, porque o meu futuro depende muito de uma moeda forte.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Todos nós torcemos, Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães – Vou sair daqui e vou viver do salário que tenho como parlamentar. Portanto, preciso que a economia esteja estabilizada. Não tenho crítica quanto a esse ponto, mas fico preocupado ao ver que, após as eleições, feitas essas modificações no Plano, começamos a sentir que a unanimidade já não existe. Lá da Europa, o Presidente eleito declarou que são uns elementos da classe média que estão gritando contra essas medidas, como se a classe média praticamente já não tivesse deixado de existir. Depois de tantos anos de economia instável e de inflação, a classe média foi sendo proletarizada cada vez mais. Então, o que restou de classe média é praticamente pouca coisa. Mas será que o pouco que tenha restado da classe média ainda teria que ser mais sacrificado do que já foi durante tantos anos? É um equívoco dizer

que os prejudicados foram os representantes da classe média. Não, foram os assalariados, os baixos assalariados, aqueles que, acreditando na estabilização da moeda, começaram a ter condições de adquirir alguns bens, como televisão, fogão, geladeira, enfim, esses bens para os quais a sociedade de consumo insiste em fazer propaganda, a fim de que haja essa mentalidade no meio dessas pessoas. Esses também foram prejudicados. Mais do que esses, estão sendo prejudicados os que não têm salário adequado para comprar a cesta básica. Depois das eleições, ela está batendo recordes de preços, e, no entanto, nela está o alimento do pobre, as necessidades do dia-a-dia na vida do pobre. São esses os produtos que constam da cesta básica; não são da classe média, como foi dito, mas da classe proletária. É essa classe que, iludida pela mídia, dá sustentação àqueles que são responsáveis pela situação na qual se encontram. São os elementos das classes C, D e E – seguindo a classificação das pesquisas – que dão maior sustentação aos responsáveis pela miséria em que eles vivem. É de se estranhar isso? É. Crédito tudo isso ao poder dos meios de comunicação existentes, como a televisão e o rádio, que atingem essencialmente essa gente que não tem como receber a contra-informação. Dentro dessa comunicação não-democratizada, direcionada pelo interesse político-econômico dos poderosos donos de emissoras de televisão e de rádio, não há como as classes C, D e E terem acesso a outro tipo de informação. Vemos a **Folha de S. Paulo** vangloriar-se, com certa razão, por ter uma edição diária, quando chega ao pico, de algo em torno de um milhão e quatrocentos mil exemplares; mas isto dentro de uma população como a que temos hoje... Desse um milhão e quatrocentos mil, quantos lêem as notícias que não aquelas relacionadas a esportes, crimes etc? Quantos tomam conhecimento das notícias políticas? Quais os jornais que realmente dão informações verdadeiras do que se passa nos meios políticos, e não a notícia direcionada? Tudo isso faz parte de um contexto que nos permita dizer: felizmente, o Brasil está dando certo. Ninguém neste País deseja o contrário. Todos estão prontos para ajudar. O que não é possível é que o sacrifício seja cada dia maior para aqueles que têm menos. V. Exª, em seu pronunciamento, fala em aumentar os juros para conter a demanda. Será que o problema é de demanda ou é de produtividade? Será que é necessário desempregar, para o sujeito não ter direito nem de comprar o seu pão, para evitar a demanda neste País? Justo nesse momento em que o País começava a crescer, segundo informações que estão sendo passadas para a opinião pública de que estaria havendo um pequeno aumento na oferta de empregos na indústria paulista, é nessa hora que se cortam todas as condições de aumento de produção dessas indústrias? Nobre Senador, como V. Exª, também sou leigo neste assunto, mas acompanho essas coisas e tenho a sensibilidade do meu bolso, da bolsa da minha mulher.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Que é a parte mais sensível.

O Sr. Jutahy Magalhães – Vejo isso no dia-a-dia de cada um de nós. O preço daquilo que eu compro, e não compro tanta coisa assim, está subindo. No entanto, ouço sempre a notícia de que os preços estão diminuindo. Estamos vendo que não está mais havendo aquela unanimidade na imprensa, e não está havendo porque atingiu também os ricos; atingiu também os industriais e os empresários. Eles estão gritando, e os jornais estão dando guarida a essas reclamações. Quando é só o pobre que grita – e este também está sofrendo as conseqüências –, esse não tem vez para dar sua opinião. Agradeço a V. Exª o aparte.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Além de ser uma honra ouvi-lo, faço minhas suas palavras, pois V. Exª toca no cerne da questão.

O Brasil está dando certo. E o que é o Brasil dar certo? Não é o emprego? Não é ganhar o suficiente para o próprio sustento e o da família? Não são oportunidades? Não é o salário ser suficiente para dar educação aos filhos? Isso é o básico. Mas nem isso: quando se aumenta a oferta de emprego, quando se procura dar um salário mais digno, vem a medida de recessão.

Ora, como eu já disse em outro pronunciamento, quando se estabeleceu o Plano Real, com aquela euforia toda, em que todos nos engajamos, porque a inflação era absurda, tive a oportunidade de comprar uma lata de tinta de 20 litros. Nessa época, o salário mínimo estava em torno de R\$64,00, e uma lata de tinta custava R\$70,00.

Quer dizer, o cidadão passava o mês inteiro para comprar uma lata de tinta. E ainda se dizia, através dos órgãos de informação, que estava tudo bem, que o povo estava satisfeito etc. Agora o povo começa a perceber que o que ganha não dá para comprar sequer a cesta-básica – V. Exª lembrou bem – porque os produtos estão aumentando. Mas tem que se reprimir o consumo. Ora, se já não estão consumindo nada, reprimir mais o quê!? Se o trabalhador, que ganha o salário mínimo não está mais comprando, reprimi-se mais o quê? Quando se fala no aumento de salário, é uma guerra. A repressão ou a recessão é uma verdade. Não podemos esconder isso. Precisamos de mecanismos onde o povo possa consumir sem que cause essa inflação tão temida. Mas mesmo com a recessão, privando o consumo, temos aí uma inflação de 4%. E V. Exª também falou muito bem, quando afirmou que os gêneros de primeira necessidade estão aumentando. A não ser que os responsáveis pela economia do País tenham feito como o avestruz, que enfia a cabeça no chão e não quer ver mais nada.

Estamos todos torcendo para que dê certo, mas não podemos entender quando se diz que as medidas de arrocho do Plano não são recessivas. Vemos todo dia indústrias de vários setores da economia nacional colocando os seus empregados na rua. Isso realmente diminui o consumo. Não tem mais mercado de consumo porque não tem emprego e ninguém ganha mais nada. Quem ganha? Não se incentiva a pequena e média empresa, com empréstimo subsidiado ou coisa parecida, mas quando o micro, o pequeno e o médio empresário procura o banco só quem ganha é o banco com os juros que estão aí, se não me engano, de até 15% ao mês. Então, quem está ganhando com isso?

Não temos interesse algum em que o Plano não dê certo. Estamos torcendo para que dê certo, mas não podemos deixar de concordar que as medidas tomadas, que o Segundo Plano Real, como disse muito bem o Senador Jutahy Magalhães, é recessivo. Para chegar aonde? Qual é o prazo? Qual é o tempo disso? Ou será que vamos caminhar todo tempo nisso, com a recessão, sem criar emprego, com a massa de trabalhadores desempregados aumentando a cada dia? Por quanto tempo mais? Vai até o fim do Governo do Presidente Itamar Franco? Precisamos saber! Quanto tempo? O que se entende por Plano de Estabilização? Vai até quando? Quais são as medidas do Governo para que se crie empregos, para que se crie mercado de consumo, para que se dê um salário digno? Qual é o tempo disso? Quanto tempo vai durar? Qual o incentivo à agricultura para a produção? Não podemos baixar a inflação sem produção. Acredito que querer baixar a inflação, através de atos administrativos, sem produzir, parece-me medida nova.

O Sr. Jutahy Magalhães – V. Exª me permite?

O SR. RONALDO ARAGÃO – Ouço V. Exª.

O Sr. Jutahy Magalhães – A Sunab, hoje, aponta como a produção do próximo ano um total de 79 milhões de toneladas. Não é a produção prevista, pelo menos anunciada pelo governo, de 84 milhões de toneladas. Agora, podendo diminuir um pouco para

76 milhões de toneladas, e aponta como razão a demora no financiamento da produção, que deveria ser, parece-me, que no final de julho, no princípio de agosto, e foi posterior a essa data. Mas veja V. Exª que é decorrente não apenas da seca. Sempre se coloca o problema como de responsabilidade de São Pedro. Se ele tem responsabilidade em casos como esse de seca, também precisa ser ajudado, afinal de contas Cristo pediu que todos nós fizéssemos a nossa parte. E a nossa parte seria o governo dar o financiamento ao produtor no momento certo, no volume adequado. Assim, o produtor dá resposta imediata com produção, e tendo produção o preço baixa. Em tudo isso, uma coisa é consequência da outra: se se quebra a produção também não se pode dizer que os produtores são responsáveis pelo aumento dos preços e só os intermediários também são os criminosos.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Senador Jutahy Magalhães, V. Exª sempre bate no cerne. Isso é meridiano. Se a oferta é maior do que a procura, tem que cair o preço. Agora, não existe uma política onde o produtor possa estar garantido de que aquele preço dá para ele pagar as suas dívidas e ter o seu lucro, que é normal no sistema capitalista.

Temos vários brasis, onde a safra em determinada região do Brasil é em um determinado mês, na outra é em outro mês. No Estado de Rondônia é diferente. A safra de arroz no Rio Grande do Sul é em um tempo; em Rondônia é em outro. Como o Governo pode fazer uma política uniforme de incentivo, através de juros ou de financiamentos, quando o tempo no Rio Grande para a colheita ou para o plantio é um e em Rondônia é outro. Já vem daí a falta da política agrária e agrícola, porque é preciso que se entenda que o Brasil tem várias situações, tanto na economia, como na agricultura.

Senador Jutahy Magalhães, o povo – não sou eu, porque aqui sou um instrumento, porque fui eleito para isso – precisa saber quanto tempo isso vai durar. Até quando o Plano de Estabilização vai continuar com essas medidas recessivas, sem incentivo à produção, à criação de emprego? O povo deu a sua parte e continua ajudando. Agora, é preciso saber por quanto tempo. Vai até o fim do ano? E até o fim do ano quantos desempregados teremos neste País?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já disse, torço para que dê certo. Entretanto, não posso torcer para o que vi na televisão: o Ministro da Fazenda dizendo que essas medidas não eram recessivas e, na outra semana, o anúncio de desemprego de duas mil pessoas só no setor de consórcio, fora as do setor de eletroeletrônicos, que já estavam sendo despedidas. Como é isso? Como esse cidadão e seus filhos, sua família, viverão? Não há uma oferta de emprego. Não há o consumo, evidentemente, não há a criação de mais empregos.

Fica aqui a nossa preocupação, a de que o Governo encontre uma maneira, não sei se financiar através do BNDES as micro, pequenas e médias empresas, de atender à procura desses cidadãos que perderam seus empregos nesta sociedade tão conturbada que temos hoje no Brasil.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Espero que o Governo não tome apenas medidas recessivas, mas também medidas que tragam algum alento para a nossa já tão sofrida sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS.

Alfredo Campos – Guilherme Palmeira – Josaphat Marinho – Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/74, de 1994 (nº

3.388/94, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1993, do Senado Federal, solicitação para que a Prefeitura Municipal de São Paulo possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTM/SP, cujos recursos serão destinados à liquidação de precatórios judiciais pendentes, de responsabilidade daquele município.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 802, DE 1994

Senhor Presidente

Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossa Excelência seja considerada como licença para tratamento de saúde, minha ausência dos trabalhos da Casa, por um período de 20 (vinte) dias, a partir de 17 de outubro do corrente ano, nos termos do laudo médico anexo.

Sala das sessões, 17 de outubro de 1994. – Senador Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento está devidamente instruído com atestado médico, previsto no art. 43, inciso I, do Regimento Interno.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Sr. Presidente, já houve a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Ainda não, nobre Senador. V. Exª pode fazer uso da palavra.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES – Nesse caso, é preciso aguardarmos que chegue ao plenário um número maior de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Estamos justamente aguardando a presença dos Srs. Senadores, logo que comecem a ouvir o discurso de V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, iniciaremos comentando uma declaração constante do *Correio Braziliense* de hoje. Gostaria que os Srs. Senadores presentes prestassem atenção:

Querem fazer festinha na cratera do vulcão. Arrebento com todos eles se Luís Eduardo não concorrer.

São palavras do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

No Brasil, quer se impor o Presidente da Câmara na base da ameaça física. Para nós, da Bahia, isso não é novidade, nada de extraordinário. V. Exªs terão aqui oportunidade de conhecer melhor o futuro Senador pelo meu Estado, na convivência. Com a idade, tem aumentado esse sentido de prepotência.

Em artigo publicado nos jornais da Bahia mencionei que se alguém cair na asneira de, junto dele, dizer "Obrigado, meu Deus!", ele dirá: "Não precisa me agradecer", pois já se julga o próprio Deus, pela força que tem, por acreditar que hoje domina este País. Portanto, quem quiser alguma coisa na política submeta-se a ele, pois, de outra forma, nada conseguirá.

Dou um conselho aos que ficam: se alguém quiser enfrentá-lo, em primeiro lugar, nada pode ter em sua vida de que ele possa tirar proveito para atacar. Em segundo lugar, não pode ter medo de molecagem, porque ele é capaz de inventar qualquer coisa a respeito de uma pessoa, utilizando-se dos meios de comunicação, que domina, para denegrir a imagem e a honra do seu adversário.

Novamente ressalto o que foi publicado, com destaque, pelo *Correio Braziliense* de hoje:

Querem fazer festinha na cratera do vulcão. Arrebento com todos eles se Luís Eduardo não concorrer.

Portanto, é só aguardarmos um pouco para vermos o resultado dessa aliança PSDB-PFL.

Sr. Presidente, cumprindo a missão de esperar que um número maior de Senadores compareçam ao plenário, passo a ler o seguinte pronunciamento:

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, garanto a Constituição Federal a brasileiros e a estrangeiros residentes no Brasil o direito de livre locomoção no território nacional. O que temos verificado, no entanto, é que esse direito não pode ser exercido plenamente pelos cidadãos, ou, olhando-se a questão por um outro prisma, as pessoas aqui residentes não têm a segurança suficiente para usufruírem desse direito. Transitar, hoje, por muitas das nossas rodovias transformou-se em verdadeiro risco: risco de ver o veículo danificado; risco de não chegar ao destino; risco de perder a própria vida. Muitas estradas se transformaram em armadilhas, dado o estado precário em que se encontram.

Por causa da degradação de nossas rodovias, de nossas ferrovias, de nossos portos, por causa da descoordenação operacional que existe entre essas modalidades de transportes, por causa da reduzida participação de hidrovias e ferrovias nesse sistema, o custo de transporte dos produtos entre as áreas de produção e os centros consumidores chega a alcançar o triplo do que se verifica em outros países. É esta uma situação impensada e inadmissível para um País que é grande territorialmente, rico potencialmente, mas que, na realidade, é pobre econômica e socialmente.

De acordo com o Ministério dos Transportes, no livreto *Reconstruindo as Artérias para o Desenvolvimento*, publicado em junho de 1993, "o sistema de transportes do Brasil, com suas malhas viárias, está hoje esclerosado, constituindo-se em um gargalo que compromete a economia e a integração nacional. A sua recuperação é condição indispensável para possibilitar a retomada do desenvolvimento do País".

São palpáveis e notórios os reflexos dessa situação sobre a nossa economia, com o encarecimento dos fretes, com mais tempo despendido nas viagens, com o estrago dos veículos, com a perda das mercadorias e o conseqüente sobrepreço nos produtos.

Tudo isso, sem focar a grande distorção que afeta o transporte no Brasil, com forte concentração nas rodovias, absorvedoras de setenta por cento da demanda. Nesse particular, o nosso País trilha a contramão da tendência mundial, que privilegia o transporte ferroviário, por ser mais eficiente, menos poluidor e mais econômico.

Dados do Ministério dos Transportes indicam que a circulação por rodovias em mau ou péssimo estado de conservação faz com que o consumo de combustível cresça 58%, o custo operacional das viagens sofra um acréscimo de 38%, o número de acidentes seja aumentado em 50% e o tempo das viagens seja duplicado. Não houvesse nenhum outro motivo, esses dados, *de per si*, já seriam argumentos suficientes para que as nossas rodovias fossem sempre bem-conservadas para oferecerem boas condições de trafegabilidade.

No que tange a acidentes, as rodovias degradadas foram, de acordo com a mesma fonte, uma das principais causas dos 60 mil

acidentes, 37 mil feridos e 5 mil mortes ocorridas nas rodovias federais brasileiras no ano de 1992. Os prejuízos materiais e os gastos hospitalares decorrentes desses acidentes giram em torno de 80 milhões de dólares a cada ano. Entretanto, o dado que mais choca é o das mortes, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: a cada ano, 5 mil vidas se perdem, prematuramente, nos buracos das estradas federais brasileiras.

As rodovias nacionais chegaram a esse estado de deterioração por razões várias. Chamamos a atenção para duas que reputamos as mais importantes: a primeira, obviamente, é a falta de conservação. Não basta apenas construir ou asfaltar uma rodovia. É preciso fazer a sua manutenção, conservá-la permanentemente, do contrário em alguns anos estará totalmente deteriorada, acabada, destruída. É isso que está a ocorrer com a BR-174, no Mato Grosso, e com a BR 020, que liga o Distrito Federal a Bahia, passando por Barreiras, para citar apenas dois exemplos. Nelas, o asfalto acabou: no seu lugar só há buracos. Os fatos têm demonstrado que é mais econômico manter um programa regular de conservação do que deixar que as rodovias se deteriorem para depois consertar. Quando isso acontece, há que se refazer tudo, quase construir uma nova estrada. Com o iminente início das chuvas, a tendência é que essas e algumas outras estradas se tornem intransitáveis.

A segunda causa da deterioração das estradas é o fato de os caminhões trafegarem com volume de carga superior àquele estipulado para as estradas, quando de sua pavimentação: dez toneladas por eixo. Essa prática é muito difundida entre os transportadores, na tentativa de maximizarem os seus lucros, num total desconhecimento de que é deles também a responsabilidade pela conservação das estradas. Isso, todavia, ocorre, porque, na prática, deixou de existir fiscalização nessas vias. Os postos de pesagem em que o peso de toda carga transportada deveria ser verificado estão simplesmente abandonados a predadores.

Às vias de transportes, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, reserva-se um papel ímpar em nossa economia e ao progresso do nosso País, pois é através delas que se estabelece a integração das várias regiões do Brasil. Particularmente para duas regiões, a Norte e a Centro-Oeste, faz-se necessária uma atenção especial do poder público. Precisamos inserir essas duas regiões no processo de integração nacional, o que só será obtido com transporte eficiente, que hoje não existe. De que adianta incentivar a produção nessas regiões, se não há como transportá-la a tempo e a hora até os centros consumidores? De que vale aí colher grandes safras de grãos, se o seu destino é, muitas vezes, a perda por falta de armazenagem e de escoamento?

No que tange a transportes, o Brasil tem grandes desafios a vencer, tanto interna quanto externamente.

Internamente, precisa recuperar aquilo que já foi feito e que está deteriorado pelo tempo de uso ou pela falta de conservação. De acordo com dados do Ministério dos Transportes, apenas metade dos cinquenta mil quilômetros da malha rodoviária federal pavimentada estão em boas ou excelentes condições de uso. Nove mil e quinhentos quilômetros, correspondentes a dezenove por cento, estão em estado regular, e dezesseis mil quilômetros, trinta e dois por cento, estão em mau ou péssimo estado de uso.

Embora em termos de transportes, a prioridade devesse ser dada à ferrovia, alguns trechos rodoviários precisam ser construídos por serem vitais para a integração tão almejada. Na ligação entre o Planalto Central e o sul da Bahia, por exemplo, existe um trecho de noventa quilômetros da BR 251, após Salinas, em Minas Gerais, que ainda não foi asfaltado, apesar de ter um trânsito muito intenso, principalmente de caminhões. É difícil entender que, numa estrada já consolidada e pavimentada, um trecho tão peque-

no fique sujeito à poeira e ao barro, e os motoristas, vítimas constantes dos buracos. Outros exemplos a esse semelhantes encontram-se em todas as regiões do Brasil: na BR-20, na 080, na 174, na 210, na 235, na 242. Todavia, o melhor exemplo de obra inacabada e que, na prática, teria um papel sem par na integração nacional é o da BR-230, a Transamazônica, que foi aberta, cascalhada, e hoje está entregue novamente às árvores e ao mato.

No que tange a ferrovias, a situação não é muito melhor. A malha ferroviária brasileira é constituída de vinte e nove mil e duzentos quilômetros, dos quais vinte e dois mil e oitocentos – setenta e oito por cento – são operados pela Rede Ferroviária Federal; três mil e novecentos, pela FEPASA, empresa do Governo do Estado de São Paulo; dois mil quilômetros, pela Companhia Vale do Rio Doce; e cerca de quatrocentos, por outras empresas.

Dos vinte e dois mil e oitocentos quilômetros da Rede Ferroviária Federal, trinta e seis por cento estão em mau estado de conservação, e trinta e oito por cento das locomotivas – uma em cada 2,6 – estão imobilizadas por causa de defeitos. Na FEPASA, a situação não é muito melhor: de acordo com dados da CNT – Confederação Nacional do Transporte, sessenta e um por cento das locomotivas a diesel dessa empresa têm mais de vinte anos de uso e setenta por cento das elétricas estão em funcionamento há mais de quarenta anos.

Ilhas de excelência no panorama ferroviário brasileiro são os dois ramais de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce: a Estrada de Ferro Vitória a Minas e a Estrada de Ferro Carajás, cujos índices de eficiência são comparáveis aos das melhores ferrovias do Mundo.

No que tange ao transporte marítimo, o Brasil enfrenta igualmente sérios problemas: o mais grave deles está na frota, considerada anti-econômica e obsoleta, por não ter ainda absorvido os avanços tecnológicos ocorridos no transporte marítimo mundial. A situação financeira periclitante do Lloyd Brasileiro é por demais conhecida, com os seus navios sendo arrestados nos portos do mundo para saldar dívidas não pagas. Como alternativa à não-renovação da frota, os armadores nacionais se têm valido do afretamento de navios, sujeitando-se, por isso, a preços quase proibitivos.

Outro problema do transporte marítimo brasileiro localiza-se nos portos, antiquados, ineficientes e inadequados às novas exigências do transporte mundial. Acresce-se a isso o alto preço dos serviços portuários, que servem para gravar com sobretaxas tanto os produtos importados quanto os exportados, com reflexos negativos na economia do País.

Pelo panorama geral dessas três principais modalidades de transporte, podemos verificar que o nosso País estacionou no tempo. A política nacional para o setor foi simplesmente relegada a plano secundário. Em decorrência disso, torna-se mais urgente implementar medidas de emergência com a finalidade precípua de consertar o que já se estragou, refazer o que já foi feito e que o tempo e o uso se encarregaram de destruir.

Concomitantemente, é imprescindível que o Brasil dê nova feição à política nacional de transportes, tendo em vista dois alvos principais: o primeiro, a integração interna, e o segundo, a integração externa com os vizinhos do Mercosul, em primeiro lugar, e, num segundo plano, nem por isso menos importante, com os outros países da América Latina e de outras partes do mundo com os quais mantém relações de comércio.

Em termos de rodovias, é preciso que existam estradas modernas e em boas condições de tráfego a ligar as várias regiões do Brasil e a unir o nosso país aos vizinhos. Por elas o transporte de mercadorias e de passageiros deve fluir com rapidez, eficiência e

economia. Grandes obras podem ser adiadas, mas é preciso que, ao menos, aquelas rodovias já iniciadas sejam concluídas.

Em termos de transporte marítimo, torna-se imperioso que os nossos portos ofereçam serviços de carga e descarga céleres e baratos, para que a economia não seja prejudicada pela ineficiência de instalações e de portuários mais preocupados com regalias trabalhistas do que com a objetividade do seu serviço. Numa medida mais extremada, talvez fosse oportuno considerar a possibilidade concreta da privatização desses serviços.

Atenção especial deverá ser dada por nossas autoridades ao transporte ferroviário. Embora a sua implantação seja inicialmente mais onerosa, a sua vida útil é muito maior, a sua manutenção é mais barata, os seus serviços são menos dispendiosos, além de transportar uma quantidade muito maior de mercadoria com menos combustível. Existem alguns ramais ferroviários já iniciados ou planejados no nosso País, como a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia Transnordestina, a Ferroeste - Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. e a Ferronorte S.A. - Ferrovia Norte S.A., estas duas últimas com a participação de capitais privados, que precisam ser levados adiante. Esses ramais abrangem quase todo o Brasil e, depois de construídos, serão os propulsores do progresso em áreas e setores antes inimagináveis. Por isso, a sua construção é essencial ao nosso processo de integração e desenvolvimento.

O Brasil, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não pode teimosamente continuar a privilegiar o transporte rodoviário. As enormes distâncias, os claros desníveis no desenvolvimento regional, que demandam um constante intercâmbio de produtos, exigem uma mudança radical na política nacional para o setor de transportes. Um planejamento eficiente deverá transformar ferrovias e hidrovias em corredores de transporte a longas distâncias, constituindo-se as rodovias em canais de alimentação e distribuição dos produtos carregados por esses corredores.

Paralelamente, há que se introduzir, para valer, o nosso País no transporte intermodal, tão difundido no mundo e que permite maior eficiência ainda no intercâmbio de cargas. Os maiores obstáculos ao seu desenvolvimento estão hoje concentrados na legislação que trata dos transportes, a qual, por ser antiga, desconhecida a matéria, e na estrutura inadequada dos nossos portos.

Resolver essas questões é o desafio a que se devem lançar os nossos governantes. Dar uma nova feição ao nosso sistema de transportes é promover o salto de nossa economia para o futuro, pois o progresso anda *pari passu* com o transporte, e a seu reboque sempre anda o bem-estar social.

O Sr. Ronaldo Aragão - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Ouço o nobre Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão - Senador Jutahy Magalhães, V. Ex^a traz a esta Casa, à consideração dos Senadores e da Nação, um tema da maior importância para o Brasil. Estamos vendo que, em se tratando da malha rodoviária federal, em todos os Estados há uma reclamação só. Reporto-me, nobre Senador, à BR 364, que é a espinha dorsal da Amazônia ocidental, onde determinados trechos de Cuiabá a Vilhena são intransitáveis. Há outro, no meu Estado de Rondônia, entre os municípios de Ji-Paraná e Jaru, que se encontra também em situação lamentável, trazendo prejuízos aos proprietários de automóveis, aos caminhoneiros, enfim, àqueles que por ali transitam. Como disse V. Ex^a, o custo de combustível é elevado, o mesmo ocorrendo com a manutenção de hospitais, porque os acidentes de trânsito a cada dia aumentam mais. O Brasil é quase um recordista em acidentes de trânsito. Quanto ao tema trazido por V. Ex^a, sem querer prognosticar, chego à conclusão de que não há recursos, o que já foi até dito pelo Ministério dos Transportes, como não há recursos, também, Senador Jutahy Ma-

galhães, para a Saúde, para a Educação, para a Segurança. Mas onde estão os recursos do País? Estamos vendo os hospitais sem recursos, o Ministério da Saúde sem dinheiro para pagamento dos hospitais. Há recursos para quê? Onde estão os recursos? Determinados Estados dependem dessas rodovias para transporte de grãos, para o desenvolvimento geral do Estado, como é o caso do Estado de Rondônia. Entretanto, quando se aborda o Ministro ou a pessoa responsável pelo setor, a história se repete: não há recurso. O País tem que agir nesse setor; ou se privatiza, ou o Brasil opta pelo sistema fluvial, ferroviário, etc. O que não pode é continuar o **status quo** que hoje temos no Brasil. V. Ex^a sempre diz que reclamamos, falamos e parece que todo o nosso discurso fica circunscrito ao plenário do Senado. É lamentável o estado das rodovias federais em todo o Brasil. Agradeço, Senador Jutahy Magalhães, a oportunidade que V. Ex^a me concedeu de colaborar com o seu pronunciamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço a V. Ex^a ter participado deste pronunciamento, feito na medida das necessidades que temos de aguardar um pouco para ver se votamos a Ordem do Dia.

Fico feliz, Sr. Presidente, de ver o Senador Ronan Tito na tribuna de honra assistindo ao nosso pronunciamento, já se acostumando à nossa posição futura. Estaremos ali, no futuro, assistindo, se aqui viermos, àqueles que estarão usando da tribuna do Senado.

Mas, Sr. Presidente, o que o Senador Ronaldo Aragão afirmou tem consistência, porque nós estamos procurando saber onde estão os recursos. Não sei se teríamos que voltar aos tempos de José Américo, que dizia: "Eu sei onde está o dinheiro". Nós gostaríamos de saber qual o destino que estão dando àqueles recursos que solicitaram de nós para acabarem com o déficit orçamentário e atenderem às necessidades sociais do País. Temos, por exemplo, o IPMF, que já é escorchante, é um assalto que se faz hoje à população brasileira - na época da sua criação não foi, mas hoje é um assalto. Temos o Fundo Social de Emergência e nós destinamos recursos para o mesmo e apenas 30% desses recursos são desviados para outras finalidades que não aquelas prometidas, quando pediram que votássemos, em caráter de urgência, esses recursos do Fundo Social de Emergência. Talvez por isso seja difícil o controle desses recursos destinados a atender às necessidades deste País. Mas, no que diz respeito à questão das estradas, temos que ver que estrada é uma questão da economia nacional. A necessidade de conservação das estradas faz parte da política econômica deste País.

Acredito que a minha missão já foi cumprida. Se não deu resultados, pelo menos, houve a tentativa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Concedo a palavra ao nobre Senador César Dias.

O SR. CÉSAR DIAS (PMDB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de informar à Casa o lançamento amanhã, às 20:30h, do livro Terra Verde, Sonho da Humanidade, de autoria do Governador Gilberto Mestrinho, que relata a sua vida, a sua experiência na Amazônia, fala da biodiversidade, dos potenciais minerais, das potencialidades de carboidrato da Amazônia, da atmosfera que temos na concha amazônica, enfim, mostra todo o seu conhecimento da biota amazônica. Mestrinho, muitas vezes, foi polêmico ao defender aquela região. Quando alguns cientistas diziam que se levasse para lá o desenvolvimento, se houvesse devastação, implantação de projetos agropecuários, tudo isso iria alterar a oxigenação do mundo. Mestrinho foi o primeiro a levantar-se contra essas idéias de cientistas menos preparados e a dizer que toda a oxigenação do planeta vinha do plâncton marinho, das algas marinhas. Ele é, antes de tudo, um cientista da Amazô-

nia. Essa obra foi traduzida para o inglês e para o alemão, e acredito que também os japoneses estão interessados.

Quero parabenizar o nosso Governador e grande líder da Amazônia, nosso professor Mestrinho, ao publicar essa obra que fala de sua infância, de sua experiência como cidadão comum, vivendo o dia-a-dia nas florestas latifundiadas da região, convivendo com a natureza, com índios, caboclos, enfim, com as pessoas mais humildes pessoas que fazem parte da população da Amazônia.

Certamente é uma obra polêmica, sobre a qual devemos refletir. Ainda não a li mas acredito que Gilberto Mestrinho deve fazer alusão às cobiças internacionais sobre a Amazônia, principalmente a um dos últimos atos de irresponsabilidade do Presidente Fernando Collor, 9.600.680 hectares de terras para apenas 5.500 índios ianomâmis. Nessa área existe o maior potencial mineral e de biodiversidade da Amazônia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fica aqui o registro, para que conste nos Anais do Senado Federal, do lançamento da obra do nosso ilustre Senador e líder da Amazônia, Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE(Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, consta da pauta do Ordem do Dia de hoje, como item nº 30, o Ofício nº S/72, de 1994, do Sr. Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo, destinadas à liquidação de precatórios judiciais.

A Comissão de Assuntos Econômicos, segundo informações que temos, ainda não concluiu o seu parecer sobre a matéria. Mas já foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos um parecer do Banco Central, que, neste caso, recomenda que não seja aprovada a referida solicitação, na medida em que este pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado não obedece às exigências legais, nem à Constituição. Portanto, trata-se de uma situação em se extrapola o que é previsto em lei.

Trata-se de um pedido que se assemelha a outro que está por chegar ao Senado Federal de parte da Prefeitura do Município de São Paulo.

Faz-se necessário que o Senado Federal obtenha, através do Banco Central, informação precisa sobre em que medida, seja o Governo do Estado de São Paulo, seja a Prefeitura do Município de São Paulo, estão sendo utilizados recursos que normalmente têm sido solicitados para emissão de Letras Financeiras, ora do Tesouro, ora do Município, para fins de pagamento de precatórios.

No parecer do Banco Central afirma-se que o Governo paulista não demonstrou se os recursos obtidos pela emissão de Letras Financeiras do Tesouro para fins de pagamento de precatórios foram efetivamente destinados àquela finalidade. O mesmo acontece relativamente à Prefeitura Municipal de São Paulo. No caso deste pedido do Governo do Estado de São Paulo, a informação enviada pelo Banco Central é de que a nova emissão de letras é referente ao pagamento de novos precatórios judiciais e não, propriamente, àquelas previstas na Constituição.

Passo a ler os termos do parecer encaminhado pelo Presidente do Banco Central e feito pelo Chefe do Departamento da Dívida Pública e pelo Diretor de Política Monetária, Sr. Alquimar Moura.

No item 6 afirma-se que:

...o Estado se vê obrigado a pagar a correção monetária desses valores. Contudo, como essas obrigações

não foram incluídas na Lei Orçamentária, não existem recursos para o seu pagamento. A concretização do pagamento ficaria, então, condicionada à abertura de crédito suplementar ao Orçamento. Entretanto, conforme a Lei nº 4.320, de 17.03.64, a abertura de crédito suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa, recursos estes que o Estado alega não possuir. Diante dessa situação, ele solicita a emissão de títulos para pagamento dos precatórios.

Ocorre que os valores objeto do pedido de emissão do Estado não se referem aos precatórios judiciais sujeitos ao art. 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Esse artigo determina que:

Art. 33 Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 01 de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo, até 180 dias da promulgação da Constituição Federal.

Parágrafo único – Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento do disposto neste artigo, emitir, a cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.

Conforme se depreende do normativo acima, os Estados e Municípios que possuíam, quando da promulgação da Constituição Federal, débitos relativos a precatórios judiciais pendentes de pagamento, podem parcelar a dívida em oito prestações, pagas com atualização. Contudo, como reconhece o próprio Estado, em seu Ofício GS nº 1.173/94, de 19.09.94, os valores relativos a precatórios de natureza não-alimentar são posteriores à Constituição Federal. Ademais, o art. 33 deixa evidente que não podem ser emitidos títulos para pagamento de precatórios de natureza alimentar, os quais, no entanto, fazem parte do pedido do Estado. Portanto, o pleito não se enquadra nas disposições do mencionado artigo.

Sendo assim, não existe embasamento legal para autorizar o pleito, pois corresponderia a uma emissão nova, cuja ocorrência está proibida até 1999, conforme o art. 5º da Emenda Constitucional nº 3.

A opção do Estado de São Paulo em obter os recursos necessários para o pagamento desses precatórios judiciais, via emissão de títulos públicos, implicará acréscimo de 21,25%, na responsabilidade de sua dívida mobiliária que, em 31 de julho de 1994, atingiu o montante de R\$7.893.305.840,12, na mesma data, representada em termos quantitativos por 16.993.596.908.982 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP.

Ademais, desde julho próximo passado aumentaram as dificuldades para o Estado de São Paulo financiar a sua dívida no mercado **overnight**, podendo essas dificuldades se agravarem caso de concretize a nova emissão que, conforme registrado, aumentará a sua dívida imobiliária em 21,25%. Note-se que quase 100% da dívida financiada no **overnight** precisou ser temporariamente trocada por títulos do Banco Central dados o excessivo aumento do custo de rolagem e a retração de alguns financiadores, ocasionados pelo risco atribuído

aos títulos estaduais. O momento, portanto, é inoportuno para o lançamento de novos papéis.

Salientamos ainda que o Estado declarou não ter dados disponíveis para comprovar a utilização integral dos recursos obtidos com a emissão de títulos para o pagamento de precatórios judiciais, de forma que não pudemos apurar a existência de eventual saldo de recursos captados e não utilizados daquelas emissões.

Assim exposto, segundo o contido no item IV, do art. 2º, e item VIII, do art. 13º, da Resolução 11/94, o pleito deverá ser encaminhado ao Senado Federal, a quem compete a decisão final, para o que anexamos minuta de correspondência ao Sr. Presidente deste órgão ao Exmº Sr. Presidente daquela Casa do Congresso, cabendo-nos destacar:

a) o pleito não encontra amparo no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

b) a emissão de novos títulos está proibida até 1999, pelo que dispõe o art. 5º, da Emenda Constitucional nº 3/93.

Assim, Sr. Presidente, fica claro por este parecer que não seria responsável a aprovação deste item sem que tenhamos primeiro algumas informações precisas sobre o que está destacado no parecer, qual seja se o saldo de recursos captados foi utilizado apropriadamente. E, segundo: a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado não está devidamente amparada na Constituição e na legislação.

Avalio que cabe ao Governo do Estado de São Paulo encaminhar ao Senado Federal proposta em termos mais adequados do que a que está aqui registrado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência concede a palavra ao nobre Senador Odacir Soares, último orador inscrito.

O SR. ODACIR SOARES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, sempre atribuí a maior importância ao papel desempenhado pelas pequenas empresas no desenvolvimento de nossa economia.

Da mesma forma, e em consequência disso, admiti, sempre, a conveniência de que esses promissores segmentos da produção nacional venham a obter do Governo o apoio necessário ao seu fortalecimento e à sua crescente evolução.

Afinal, considerada isoladamente, a importância da pequena empresa é, apenas, relativa, todavia, consideradas no seu todo, as milhares de pequenas empresas atuantes no mercado, ostentam um peso específico considerável, seja na produção de riquezas, seja na geração de empregos, tão vitais para a absorção de nosso crescente estoque de mão-de-obra.

Por outro lado, não ignoro que ter sido, em algum momento, pequena ou média empresa, constituiu o estágio evolutivo cumprido por muitas grandes empresas nacionais e internacionais.

Em verdade, a despeito de seu pequeno porte e de sua capacidade limitada de produção, tais empresas dinamizam a economia, incrementam os negócios, mobilizam a mão-de-obra, favorecendo, por essa via, o aumento do P.I.B e sua melhor distribuição.

Sirvam essas considerações, Sr. Presidente, para sublinhar o meu aplauso à iniciativa do SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena Empresa) que, com apoio de **O Globo**, estará promovendo o III Internacional da Pequena Empresa, Geração de Emprego e Renda –, evento a realizar-se no Centro de Convenção da Federa-

ção das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 7 e 8 de novembro de 1994.

Ao tomar essa iniciativa merecedora de nossos mais candentes aplausos, os promotores do III Fórum Internacional da Pequena Empresa pretendem debater alguns fenômenos mais palpitantes que marcam a economia global, neste final de século XX, ou melhor, neste limiar do século XXI.

Com tal propósito, e dentro dessa temática, o III Fórum irá debater, particularmente, o seguinte elenco de questões:

– a vinculação, cada dia mais estreita, do grau de competitividade exibido pelos países no mercado mundial, à qualidade de vida de seus habitantes, a exemplo do Japão e de outras economias do Sudeste Asiático;

– o reconhecimento de que a Saúde, a Educação e a distribuição de renda compõem, hoje, como poderosos insumos para a obtenção de maiores índices de produtividade e de mais qualidade em produtos e serviços, especialmente os de alto valor tecnológico;

– a possibilidade de propiciar-se um acesso mais rápido e mais bem-sucedido das nações em desenvolvimento aos mercados internacionais, mediante a aliança positiva desses fatores com o apoio da sociedade aos setores econômicos emergentes (Pequenas Empresas) de grande interesse social.

Eis aí, Sr. Presidente, uma temática que fere o âmago dos problemas que paralisam nosso processo de desenvolvimento. Ainda recentemente, em publicação da Fundação Konrad Adenauer, li um sugestivo ensaio de Pedro Demo, intitulado Pobreza Política, do qual colhi uma passagem que confirma plenamente a visão do SEBRAE. Ei-la:

"À pergunta sobre que fatores são mais estratégicos para as oportunidades de desenvolvimento, formou-se consenso cada vez mais forte em torno da qualidade dos recursos humanos, obtida no sistema educativo sobretudo, deslocando a atenção para a questão social de base"...

"Pretensas vantagens de certos países, tipicamente quantitativas, como tamanho geográfico, matéria prima abundante, disponibilidade de mão-de-obra etc... começaram a ceder diante de qualidade educativa, principalmente frente ao desafio da competitividade. Este passa pelo manejo e produção de conhecimento sobretudo, cuja competência é construída nos sistemas educativos."

Tenho para mim, Sr. Presidente, que o drama pungente da nação brasileira, não resulta da ignorância desse nexo entre educação, saúde, qualidade de vida em geral e o desenvolvimento.

Nosso drama é que, sabendo-o, nada fazemos para dar curso imediato à suas últimas consequências.

Em matéria de Serviços Sociais, nossa consciência é pálida e nossa vontade, débil.

O que fazemos é persistir em dar aos excluídos e pobres desta Nação, educação, saúde e serviços básicos cada vez mais pobres.

Por isso, vamos passando, dramaticamente, de país de indigentes para país de delinquentes, cada vez mais numerosos.

Que, portanto, o III Fórum Internacional da Pequena Empresa provoque, entre outros impactos, o de abrir-nos os olhos, enquanto é tempo, para essa triste realidade que precisa ser revertida com urgência.

É o que espero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPINZAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina*, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO JORNAL DO BRASIL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul*, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE LAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná*, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à PAQUETÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO Pe. CRUANO THIESEN para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. RÁDIO VERDES MARES, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL CRUZEIRO DO SUL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo*

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo*

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO MONTANHÊS DE BOTELHOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de Educação.

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a outorga deferida ao SISTEMA NOVA ERA DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO VILA REAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993
(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MARIANA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE PAULO AFONSO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE NOVA TERRA DE RÁDIODIFUSÃO LTDA., atualmente denominada REDE FÊNIX DE COMUNICAÇÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná*. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da FM RÁDIO INDEPENDENTE DE ARCOVERDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SERRA NEGRA FM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1994 (nº 4.672/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.* (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1994 (nº 4.468/94, na Casa de origem), de iniciativa do

Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém - PA, e dá outras providências.* (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126 DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1994 (nº 4.604/94, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que *inclui as categorias funcionais de Auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências.* (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

29

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1994 - CN
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1994 - CN, que *dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.* (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

30

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1993 (nº 1.809/89, na Casa de origem), que *altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação d's Lei do Trabalho.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de autoria da Senadora Júnia Marise, que *submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que *determina que os Institutos Médico-Legais comuniquem à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência as mortes violentas ocorridas com crianças e adolescentes.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h20min.)

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 130, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente nº 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.010/93-3,

resolve homologar, para fins do disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em estágio probatório:

Nome do(a) Servidor(a)	Matrícula	Média Final
Djalba da Silva Lima	04.803	188
Paterson Pereira	04.810	188
Alcina Luce Sepulveda Coelho	04.818	143
Francisca Helena Rios	04.828	142
Heriberto Brasileiro Ceolin	04.822	180
Cristina Judite Vicino	04.821	188
Marcelo Bittencourt Barreiros	04.804	188
Regina Ribeiro e Silva	04.813	188
Maria José Bezerra Ferraz	04.814	185
Lourin Jorge Alves Pedrosa	04.799	188
Javan Marques da Silva	04.800	188

Senado Federal, 27 de outubro de 1994. – Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral do Senado Federal.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando RO-3111/12
Cid S. de Carvalho CE-3058/59
José Fogaça RS-3077/78
Iram Saraiva GO-3134/35
Nelson Carneiro RJ-3209/10
Antônio Mariz PB-4345/46
Pedro Simon RS-3230/31
Wilson Martins MS-3114/15

César Dias RR-3064/65
Mansueto de Lavor PE-3183/84
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Gilberto Miranda AM-3104/05
Marcio Lacerda MT-3029/30
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Divaldo Suruagy AL-3185/86
Alfredo Campos MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho BA-3173/74
Francisco Rollemberg SE-3032/33
Carlos Patrocínio TO-4058/68
Odacir Soares RO-3218/19
Elcio Alvares ES-3131/32

Hydekel Freitas RJ-3082/83
Marco Maciel PE-3197/98
Henrique Almeida SP-3191/92
Lourival Baptista SE-3027/28
João Rocha TO-4071/72

PSDB

Eva Blay SP-3119/20
Jutahy Magalhães BA-3171/72
Mário Covas SP-3177/78

Almir Gabriel PA-3145/46
Teotônio Vilela Filho AL-4093/94
Vago

PTB

Luiz Alberto PR-4059/60
Carlos De'Carli AM-3079/80

Afonso Camargo PR-3062/63
Lourenberg N. Rocha MT-3035/36

PDT

Magno Bacelar MA-3073/74

Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN

Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02

PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Gerson Camata ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin SC-4206/07

Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

João França RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando RO-3111/12
Antônio Mariz PB-4345/46
César Dias RR-3064/65
Cid Sabóia de Carvalho CE-3058/60
Divaldo Suruagy AL-3180/85
Juvêncio Dias MA-3050/4393
Ronaldo Aragão RR-4052/53
Garibaldi A. Filho RN-4382/92

Aluizio Bezerra AC-3158/59
João Calmon ES-3154/55
Onofre Quinan GO-3148/49
Pedro Simon RS-3230/32
José Fogaça RS-3077/78
Ronan Tito MG-3038/39
Nelson Carneiro RJ-3209/10
Iram Saraiva GO-3133/34

Márcio Lacerda MT-3029
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista SE-3027/28
João Rocha TO-4071/72
Odacir Soares RO-3218/19
Marco Maciel PE-3197/99
Carlos Patrocínio TO-4058/68
Francisco Rollemberg SE-3032/33

Dario Pereira RN-3098/99
Alvaro Pacheco PI-3085/87
Bello Parga MA-3069/70
Hydekel Freitas RJ-3082/83
Elcio Alvares ES-3131/32
Guilherme Palmeira AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel PA-3145/46
Beni Veras CE-3242/43
Jutahy Magalhães BA-3171/72

Dirceu Carneiro SC-3179/80
Eva Blay SP-3117/18
Teotônio V. Filho AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto RR-4062/63
Afonso Camargo PR-3062/63
Jonas Pinheiro AP-3206/07

Valmir Campelo DF-3188/89
Luiz Alberto Oliveira PR-4059/60
Carlos De'Carli AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia RN-3240/41

Nelson Wedekin SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi MS-4215/16
Aureo Mello AM-3091/92

Ney Maranhão PE-3101/02
Albano Franco SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira MA-4073/74

Moisés Abrão TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella PI-3055/57

Jarbas Passarinho PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy SP-3213/15

José Paulo Bisol RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira DF-3127/28

Meira Filho DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito MG-3038/39/40
Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Ruy Bacelar BA-3161/62
Ronaldo Aragão RR-4052/53
César Dias RO-3064/65/66
Mansueto de Lavor PE-3182/83/84
Aluizio Bezerra AC-3158/59
Gilberto Miranda AM-3104/05
Onofre Quinan GO-3148/50

Mauro Benevides CE-3194/95
José Fogaça RS-3077/78
Flaviano Melo AC-3493/94
Cid S. de Carvalho CE-3058/59
Juvêncio Dias PA-3050/4393
Pedro Simon RS-3230/32
Divaldo Suruagy AL-3185/86
João Calmon ES-3154/56
Wilson Martins MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio TO-4058/68
Raimundo Lira PB-320/02
Henrique Almeida AP-3191/92/93
Dario Pereira RN-3098/99
João Rocha MA-4071/72

Odacir Soares RO-3218/19
Bello Parga MA-3069/70
Alvaro Pacheco PI-3085/87
Elcio Alvares ES-3131/32
Josaphat Marinho BA-3173/75

PSDB

Beni Veras	CE-3242/43/44	Almir Gabriel	PA-3145/47
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Afonso Camargo	PR-3062/63	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Valmir Campelo	DF-3188/89/4061	Luiz A. Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Mariucco Pinto	RR-4062/63

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-4215/18
Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------	-----------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
-------------	------------	-------------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3515/3516/4354/3341

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL _ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Mariucco Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215
---------------	------------	----------------	--------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
---------------	------------	--------------------	------------

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
-------------------	------------	------------------	------------

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA _ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	

PFL

Dario Pereira	RN/3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Parrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	

PTB

Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Mariucco Pinto	RR-4062/63	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
----------------	------------	---------------	------------

PDC

Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
---------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
------------------	------------	-----------------	------------

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
				Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
				Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80
				PDT			
				Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
				PRN			
				Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
				Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18
				PDC			
				Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
				PDS			
				Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
				PP			
				Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
				PT/PSB			
				Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
				Secretária: Mônica Aguiar Inocente			
				Ramais: 3496/3497			
				Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121			